



Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural - CEPPC
PAUTA DA REUNIÃO - 438º

27 de abril de 2023 – reunião ordinária, às 9:30, presencial, na APL- Academia Pernambucana de Letras.

Pauta:

1. Apresentação do GT 3 - Tombamento de bens imóveis e Extinção - Coordenador: Conselheiro Diomedes Oliveira - Avanço dos trabalhos e Definição dos encaminhamentos;
2. Apresentação dos Coordenadores dos GT's - Montagem do Calendário das atividades do CEPPC (continuidade da reunião anterior);

INFORMES

CONSELHO ESTADUAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Reunião Ordinária Presencial - 438º
Quinta-feira – 27/04/2023

Local: Academia Pernambucana de Letras

Frequência dos Conselheiros Titulares

NOME	ASSINATURA
Ana de Fátima Braga Barbosa	
Augusto Ferrer de Castro Melo	
Cássio Raniere Ribeiro da Silva	
Cecília Canuto de Santana	
Cláudia Regina de Farias Rodrigues	
Diomedes de Oliveira Neto	
George Félix Cabral de Souza	
Joana D'Arc Ribeiro de Souza Arruda Andrade	
José Edson de Lucena Cisneiros	
Marcelo Casseb Continentino	 (ANTÔNIO GENES)
Margarida de Oliveira Cantarelli	
Mônica Siqueira da Silva	
Reinaldo José Carneiro Leão	
Roberto José Marques Pereira	



CONSELHO ESTADUAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Reunião Ordinária Presencial - 438º
Quinta-feira - 27/04/2023

Local: Academia Pernambucana de Letras

Frequência dos Conselheiros Suplentes

NOME	ASSINATURA
Albertina Otávia Lacerda Malta	_____
Antiógenes Viana de Sena Júnior	
Antônio Henrique da Silva Araújo	_____
Célia Maria Médicis Maranhão de Queiroz Campos	_____
Cláudio Brandão de Oliveira	_____
Claudia Pereira Pinto	_____
Edmilson Cordeiro dos Santos	_____
Gerson Victor Silva	_____
Harlan de Albuquerque Gadêlha Filho	
Jocimar Gonçalves da Silva	_____
Marcos Paulo Aurélio dos Santos	_____
Maurício Barreto Pedrosa Filho	
Renata Duarte Borba	_____
Silvério Leal Pessoa	_____

Secretaria
de Cultura



GOVERNO DE
**PER
NAM
BUKO**
ESTADO DE MUDANÇA

438ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC (REUNIÃO PRESENCIAL)

No dia 27 de abril de 2023, de forma presencial, na Academia Pernambucana de Letras, situada na Av. Rui Barbosa, 1596 – Graças, Recife-PE, CEP, 52050 – 000, teve início à reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC, considerando ser a 438ª reunião presencial que ocorreu em caráter ordinário. Presentes à reunião, conforme listam de presença, os (as) seguintes Conselheiros (as) Titulares: Ana de Fátima Braga Barbosa; Augusto Ferrer de Castro Melo; Cássio Raniere Ribeiro da Silva; Cecília Canuto de Santana; Cláudia Regina de Farias Rodrigues; Diomedes de Oliveira Neto; Joana D'Arc Ribeiro de Souza Arruda Andrade; José Edson de Lucena Cisneiro; Marcelo Casseb Continentino; Mônica Siqueira da Silva; Reinaldo José Carneiro Leão; Roberto José Marques Pereira. Conselheiros (as) Suplentes: Antíogenes Viana de Sena Júnior; Célia Maria Médicis Maranhão de Queiroz Campos; Harlan de Albuquerque Gadêlha Filho; Maurício Barreto Pedrosa Filho. Pauta: Apresentação do GT 3 – Tombamento de Bens Imóveis e Extinção – Coordenador: Conselheiro Diomedes de Oliveira – Avanço dos trabalhos e definição dos encaminhamentos; 2. Apresentação dos Coordenadores dos GT's – Montagem do calendário das atividades do CEPPC (continuidade da reunião anterior); Informes. Cláudia Rodrigues saudou a todos e falou que na reunião, o coordenador do GT 3 de Tombamento de Bens Imóveis e Extinção apresentará o avanço dos trabalhos e definirá alguns encaminhamentos. Os coordenadores dos demais GT's também terão a oportunidade de falar sobre seus planejamentos. Será aberto o calendário de atividades, no qual apenas dois GTs têm apresentação marcada para as próximas três reuniões. Foi proposta uma reunião mensal para o GT de Tombamento, mas não há datas disponíveis nos próximos meses. Será discutida a resolução eleita na última reunião. José Edson declarou que vai deixar o Conselho. Será substituído por um advogado da área cultural do audiovisual. Agradece a todos pelo acolhimento e diz que a pessoa que o substituirá foi indicada por ele. Despede-se fraternalmente e oferece ajuda sempre que precisarem. Cláudia Rodrigues expressou sua gratidão pelo tempo que o Conselheiro José Edson passou no Conselho. Maurício Pedrosa explanou que durante o mês, há festividades em homenagem à Semana do Patrimônio Público, começando em 15 de agosto. O dia 19 de agosto é o dia do Historiador. Fez um sugestão que a reunião do Conselho aconteça no Instituto Histórico Arqueológico de Pernambuco, que tem 162 anos, a reunião aconteceria na quinta-feira. O Conselheiro discutiu a ideia com o Conselheiro George Félix. Célia Campos pontuou que nesta quinta-feira, neste ano, ocorre uma coincidência comemorativa: é o Dia Nacional do Patrimônio, quando ocorre a cerimônia de diplomação dos novos patrimônios vivos e a entrega do 8º Prêmio Ayrton. Maurício Pedrosa sugeriu tentar agregar a reunião do Conselho nos espaços físicos do Instituto Histórico Arqueológico de Pernambuco. Roberto Pereira lembrou que no dia 19 de agosto do ano passado, foi celebrado o Dia do Historiador e também da Cultura (Pernambucana). Essa data foi proposta pela Academia Pernambucana de Letras em homenagem ao nascimento de Joaquim Nabuco e homologada pelo então governador Eraldo Gueiros, apenas lembrar que essa data é relevante para a programação em questão. Cláudia Rodrigues agradece a participação do Conselheiro Maurício Pedrosa e sugere abrir novos calendários e convidar mais pessoas para montar uma programação. Eles têm vários dias em aberto e apenas um planejamento para o mês seguinte. Discutiu a aprovação da ata do dia 9 de março e a possibilidade de lê-la novamente. A servidora da Casa dos Conselhos Ana Rita sugeriu que, ao enviar as atas pelo e-mail, os destinatários as leiam e respondam. Infelizmente, apenas três conselheiros possuem esse的习惯o, o que dificulta o trabalho da equipe responsável pelas correções. A equipe agradece antecipadamente pela colaboração. Cláudia Rodrigues agradeceu a fala da servidora Ana Rita, reconhecendo que a mesma costuma enviar WhatsApp frequentemente para os conselheiros, permitindo que cada um possa revisar o conteúdo das atas em um momento oportuno. A Conselheira Célia Campos mencionou a necessidade de

fazer alguns ajustes e, enquanto isso, foi sugerido que a pauta fosse retomada. Diomedes Neto foi convidado a apresentar o progresso do trabalho do GT. Diomedes Neto apresentou o progresso do Grupo de Trabalho Tombamento de Bens Materiais e Extinção. (*Apresentação segue em anexo*). **Reinaldo Careiro Leão** exemplificou as relações patrimoniais, lembrou que foi dito que o patrimônio ferroviário possui 160 bens e mencionou que em Bom Jardim, um prefeito mandou derrubar uma escada inteira. Também falou sobre a antiga Estação Barão de Suassuna, na usina Limoeiro, localizada no município de Escada, que teve apenas um alicerce preservado após ter sido derrubada. Comentou que há muita pressão sobre o patrimônio ferroviário, uma vez que muitas coisas já desapareceram, mas também mencionou que a Estação Antiga Barra de Jangada, agora conhecida como Igarapeba, foi restaurada e transformada em um centro cultural. Pediu para acrescentar o acervo do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) ao patrimônio e mencionou que o acervo foi guardado pelo Instituto Arqueológico por mais de 20 anos antes de ser devolvido ao TJPE, que agora está digitalizando-o. Diomedes Neto mensurou que a equipe está preocupada em discutir mais com o Conselho sobre o patrimônio ferroviário, a fim de lidar com questões como a preservação de estações que já não existem mais, conforme mencionado. A equipe está contando com a participação do Conselho para elaborar a listagem final desse patrimônio, levando em conta os conhecimentos e visão técnica dos membros. Enfatizou que é importante que Célia Campos compareça na próxima reunião, marcada para o dia 30 de maio. Quanto ao acervo da justiça, mencionou que um novo processo de pedido de tombamento será iniciado. **Reinaldo Careiro Leão** No caso em questão, um pedido de tombamento seria encaminhado ao presidente do Tribunal de Justiça. **Joana D'Arc** justificou que seria ao Secretário de Cultura e teceu alguns comentários. Demonstrou interesse na relatoria do tombamento de Tracunhaém e acredita que outros companheiros também devem estar interessados em processos semelhantes, como o aumento do centro de Floresta de Belém. Mencionou que quando a igreja de Belém de São Francisco foi tombada, foi recomendado que o centro urbano de Floresta e o de Belém também fossem incluídos no processo. Destacou a importância de estudos arqueológicos específicos e menciona que o projeto inicial de um estudo arqueológico para o Poço Comprido foi retirado para reduzir os custos, mas que ainda não há informações sobre esse assunto. Expressou preocupação sobre a possível modernização de uma pequena sede da ferroviária em Carpina e sugere que a Fundarpe e o Iphan trabalhem juntos para proteger edificações da ferrovia em municípios onde elas já existem ou possam existir. **Célia Campos pontuou** que durante a pandemia, uma equipe realizou ações em relação ao tombamento do Patrimônio Ferroviário. Foi feita uma correspondência a todos os prefeitos dos municípios que possuíam algum patrimônio ferroviário pertencente aos troncos Norte Sul, Centro e aos ramais adjacentes, com o intuito de obter informações sobre o estado de conservação e uso desses bens. Algumas prefeituras contribuíram para essa iniciativa, mas a taxa de retorno foi baixa. Além disso, a equipe tem sido surpreendida com obras sendo executadas em conjuntos ferroviários sem a devida análise prévia da Fundarpe. Recentemente, em um município, foi constatado que uma obra estava sendo realizada no pátio, sem o devido encaminhamento. A equipe orientou o município a trazer o projeto de serviço para análise. As ações mencionadas ocorreram durante a gestão de 2021. **Augusto Ferrer** continuou com o debate em relação à questão do Patrimônio Ferroviário, e respondendo a Mauricio Pedroso a data do processo é de 2000, que gerou mudanças significativas nesse meio. Todo o patrimônio da Refesa passou a participar desse processo devido a um tombamento temático realizado pela Fundarpe, pelo que entendeu. Isso exigiu uma discussão sobre o que seria tombado, tendo em vista que existem estruturas que vão desde a sede até os equipamentos que auxiliam caixas de água e sanitários, além do próprio pátio onde as estações estão instaladas. Fica a dúvida até que ponto o tombamento vai ser aplicado, se incluindo as casas que estão no entorno e se realmente vale a pena tombar tudo do jeito que está. Esse problema foi identificado como uma pauta importante durante uma reunião. **Reinaldo Carneiro Leão** lembrou que o antigo local dos armazéns em Pesqueira se tornou um excelente hotel. Há muitos anos, Pesqueira era o ponto final da Via Férrea Central, com enormes armazéns que armazenavam tudo que ia para o Sertão. Atualmente, esse local abriga o Hotel Cruzeiro. **Augusto Ferrer** falou sobre o uso cultural de alguns equipamentos, destacando-se a estação de Pesqueira como um exemplo por trazer a história desse patrimônio. Acredita-se que o uso cultural é difícil de ser mantido, pois precisa fazer parte do trabalho diário. No entanto, a estação de Pesqueira funciona como a secretaria de planejamento, o que é importante para o uso do patrimônio coletivo. Esse tipo de uso não fica restrito apenas à história cultural, que é muito frágil, mas pode ser utilizado diariamente pela secretaria. A viabilidade desse uso depende do fluxo de turismo na região e há uma grande discussão sobre o uso do patrimônio coletivo da casa de Clarice Lispector, como foi pontuado na publicação da

semana passada. **Célia Campos** esclareceu a Maurício Pedrosa que a conta dos anos do processo em questão foi em 2001, sendo que o primeiro ano contado foi em 2006. Também esclareceu que, de acordo com a lei de tombamento, os bens que são deferidos pelo secretário já são considerados como se fossem tombados, e, portanto, estão protegidos durante esse período. Por causa disso, não há preocupação de que o bem esteja descoberto; pelo contrário, é um acréscimo para a manutenção, conservação e fiscalização desses bens. É difícil visitar todos esses bens anualmente, e a falta de uso também é uma preocupação. A questão da Refesa é outra preocupação, uma vez que, no momento da extinção, havia o risco de que o patrimônio se perdesse, já que nem o Denit, nem a SPU, nem o Iphan tinham uma lista das propriedades. Vários bens foram a leilão, outros foram invadidos ou se apropriaram. Por isso, ela está trabalhando em um edital de notificação para resolver a questão legal, pois, de acordo com a lei, é preciso notificar o proprietário para que o processo ande. **Antiógenes Viana** falou que a consulta à Procuradoria está disponível para acompanhamento por qualquer pessoa interessada. É possível conversar com a Procuradoria para obter mais informações sobre o processo. É importante ressaltar que é do interesse de todos que essa consulta seja organizada de forma padronizada, e, para isso, o processo é encaminhado ao secretário da pasta, que, por sua vez, direciona para a Procuradoria. Após análise cuidadosa, a Procuradoria oferecerá a orientação jurídica mais segura possível para garantir a agilidade e segurança do processo. **Célia Campos** essa conversa também se finalizou no grupo, foi o que aconteceu. **Maurício Pedrosa** quando mencionou que falou 22 anos, não foi criticando ninguém. Foi apenas constatado que as coisas na máquina pública no Brasil são lentas, mesmo após a Constituição de 88 ter sido redigida com a intenção de garantir celeridade em relação a questões problemáticas que possam se arrastar e resultar em maiores riscos de deterioração. Não houve críticas direcionadas à instituição Fundarpe ou a qualquer outra. **Cláudia Rodrigues** parabenizou o Conselheiro Diomedes Neto pela apresentação. É importante dedicar tempo para se aprofundar e focar em prioridades. Discutiu a participação conjunta do Conselho e da Fundarpe durante o processo de instrução do tombamento e como isso é importante para amadurecer o processo. Também discutiu a responsabilidade do governo do Estado e do Conselho na classificação do bem e como isso afeta as intervenções futuras. **Diomedes Neto** mencionou que quer fazer um comentário para encerrar a conversa e depois conversou com alguns membros da equipe, incluindo sua amiga Cristiane da Fundarpe. Mencionou que é importante ter um diálogo mais recorrente entre a Fundarte e o Conselho, e que a preocupação do Conselho com o andamento é interessante e ajuda na organização e disciplina da equipe. Sugeriu em formas compensatórias para preservar bens tombados que possam não ter significância para o estado inteiro, mas ainda são importantes para a comunidade local. Por fim, agradece a todos pela participação e destaca que sempre trará informações sobre o trabalho desenvolvido. **Cláudia Rodrigues** agradeceu ao Conselheiro Diomedes Neto. À medida que o trabalho avança, mais informações estarão disponíveis e o cronograma poderá ser ajustado. É essencial acompanhar o que aconteceu na semana anterior, os anúncios que já foram feitos e as datas previstas para eventos futuros. A Conselheira Mônica Siqueira já fez algum trabalho no RPV e sugeriu julho como um momento adequado para a próxima reunião. É importante notar que apenas dois relatórios foram publicados no calendário e muitas outras coisas ainda estão faltando, incluindo projetos de legislação. O Conselheiro Antiógenes Viana estará presente para discutir este tópico e é crucial focar na cooperação e colaboração em vez de colocar pressão indevida uns sobre os outros. Foram estendidos dois convites com o apoio do Conselheiro Harlan Gadêlha para fortalecer os laços com o Iphan. O Iphan pode ajudar a monitorar e salvaguardar o trabalho que o Conselho empreende, pois muitos projetos têm algum impacto na esfera federal. Eles apresentarão um relatório conciso sobre o trabalho realizado, deixando um relatório mais detalhado para aqueles interessados. O Iphan tem a experiência e competência para realizar projetos completos, desde o planejamento até a execução e monitoramento. Uma regra importante é que os fundos alocados para a restauração devem ser utilizados de forma eficiente e um plano para o uso e manutenção do objeto restaurado deve ser estabelecido. É necessário focar no básico e não apenas visar a perfeição. O objetivo final é reabrir o objeto restaurado ao público e garantir que ele esteja sendo usado regularmente. **Maurício Pedrosa** deu início a apresentação do Grupo de Trabalho Legislação: "No GT, estamos e discutindo atividades. Um dos itens na pauta é um prêmio que precisa de dados para ser elaborado. O segundo item é sobre a legislação do ICMS cultural que é complicada e requer ação da Secult. Outros itens incluem o bicentenário do Hotel Frei Caneca em 2024, e a modificação do regimento interno do Conselho. O item mais pesado na pauta é sobre a previsão da lei estadual de tombamento, que requer reuniões do GT com juristas. O GT precisa elaborar um cronograma de atividades e receber informações."

(Apresentação em anexo) **Harlan Gadêlha** citou duas coisas pertinentes ao GT de legislação: a primeira, "levantar o decreto criado por Paulo Câmara que criou um grupo de trabalho responsável pela organização das comemorações do bicentenário da Confederação do Equador. A segunda é "uma carta de uma reunião em 2007, onde o então governador de Pernambuco, Eduardo Campos, se reuniu com instituições focadas na preservação do patrimônio histórico e cultural". Sugeriu que enviasse oficialmente a carta para o Conselho, que tem a ver com o ICMS cultural, para o nosso estudo. **Célia Campos** pontuou que, na verdade, esse encontro foi a fim de estabelecer uma espécie de sistema de instituições estaduais e Não especificamente com esse foco no ICMS cultural, pode-se recuperar essa memória e repassar para o grupo. **Cláudia Rodrigues** sugeriu que as prioridades estabelecidas pelo grupo de trabalho podem ser revistas e que outras questões podem ser incluídas. Mencionou duas reuniões que poderiam ser marcadas, uma com a Secretaria de Cultura para discutir o ICMS cultural e outra com Joana do Funcultura para discutir a previsão do edital. Além disso, sugeriu que a revisão da Lei Estadual de Tombamento seja discutida com o plenário do conselho, com foco nos pontos conceituais e na motivação por trás das mudanças propostas. Mencionou que o GT de Tombamento e o GT de Legislação podem ser envolvidos nesse processo para ajudar a formatar as mudanças propostas. **Antiógenes Viana** citou que, com relação a cada um dos pontos mencionados, qualquer conselheiro que tenha alguma sugestão pode encaminhá-la para nós. Caso haja algum ensaio sobre algum desses pontos, é mais uma sugestão de encaminhamento, espera-se que durante o próximo mês a equipe possa aprofundar e dar um encaminhamento internamente. **Cláudia Rodrigues** pediu que os membros comentassem sobre o Regimento Interno. Mencionou a revisão do Regimento Interno e da lei de tombamento e incentivou os membros a discutirem conceitos e pontos de vista. Por fim, mencionou a necessidade de decidir quais questões precisam de decisão conjunta do grupo e quais podem ser conduzidas individualmente. Também foi sugerido que o grupo discutisse a indicação de José Luiz da Mota Menezes para o prêmio e que alguém que tenha conhecimento sobre ele fale sobre o assunto no grupo. **Maurício Pedrosa** falou que foi escolhido para conduzir a reunião e tentou organizá-las por ordem de dificuldades. **Cláudia Rodrigues** A ideia do GT é que o grupo discuta, e não apenas uma pessoa. Concluiu que estava falando sobre o prêmio Zé Luiz e perguntou se eles tinham pensado em alguma proposta, já que colocaram como prioridade. **Harlan Gadêlha** citou que o GT de Legislação não tem dúvidas sobre o que foi discutido, mas ainda precisa redigir juridicamente a proposta de conceder a Comenda José Luiz Mota Menezes. A comissão de constituição e justiça será responsável por essa tarefa. O grupo discute possíveis mudanças na lei de tombamento, mas ressalta a importância de observar aspectos técnicos da arquitetura e arqueologia. **Diomedes Neto** sugeriu a criação de uma comissão específica para discutir o Funcultura, a lei Aldir Blanc e a Lei Paulo Gustavo. Citou que é importante que essa comissão conte com a participação dos vários GTs. A redação jurídica e os trâmites legais serão de responsabilidade do GT de legislação. A discussão sobre o tombamento deve envolver a opinião da Fundarpe, dos técnicos e do Conselho de Arquitetura. A legislação deve levar em consideração as questões conceituais e a educação patrimonial. O GT de Legislação será responsável pela organização formal e tramitação da lei. **Cláudia Rodrigues** citou que é na prática que se aprende e se evolui. **Célia Campos** falou que havia dois pontos que deveriam ser colocados, o primeiro tratava-se da questão do Funcultura e a reivindicação de um edital específico que não estivesse vinculado a esse programa, assim como ocorreu com os editais de audiovisual e música. Essa interpretação demandava uma discussão com a gerente e a superintendente do Funcultura para avaliar as possibilidades e as repercussões dessa medida. O segundo ponto era referente à revisão da Lei do Patrimônio Vivo, que ocorreu sem ter sido repassada ao grupo de legislação, o que gerou estranhamento. **Mônica Siqueira** lembrou que tem um GT específico de Patrimônio Vivo. **Cecília Canuto** falou que o Conselho não possui uma equipe técnica para atuar conjuntamente nas atribuições. Citou a menção honrosa de Zé Luiz da Costa Menezes. Destacou que o Conselho é deliberativo. Acredita que a metodologia de Cláudia Rodrigues é realmente para dar condições ao Conselho de avançar nos temas já levantados. **Cássio Raniere** gostaria de dizer que, assim como o GT de Legislação, vê também uma questão importante para os outros GTs de modo geral, vê o que é de competência do executivo, o que é competência da Fundarte/Secult e o que é competência deste Conselho. Parece-lhe, por exemplo, que a redação da legislação ou até mesmo a análise inicialmente ao jurídico da Secult/Fundarpe também são competências do legislativo. **Maurício Pedrosa** continuou com a reunião dizendo que todo o trabalho legislativo, no caso de decreto, é encaminhado para a Assessoria Jurídica da Governadoria, sob a responsabilidade da Procuradoria de Apoio Legislativo. Os órgãos governamentais devem, no mínimo, consultar a Assessoria antes de elaborarem o decreto. Assim, o trabalho realizado pela equipe pode ser

formalmente encaminhado para essa instância. É importante ressaltar que a equipe tem se dedicado consideravelmente a essa tarefa, buscando facilitar a elaboração do decreto, uma vez que este pode tomar a iniciativa do projeto de lei, sem que os setores jurídicos das secretarias tenham um protagonismo forte. Essa abordagem visa otimizar o processo, eliminando burocracias desnecessárias. **Harlan Gadêlha** falou que seria o porta-voz e que iria falar agora. Enfatizou a competência do Conselho, mencionando que não pode criar leis, pois essa função cabe ao Poder Legislativo. No entanto, o Conselho, de acordo com a lei que o criou, pode propor redações e encaminhá-las, que então as envia para o gabinete da Governadora. **Cláudia Rodrigues** anunciou para todos os conselheiros (as) que fez uma reunião com o Conselheiro Cássio Raniere e a equipe da Casa dos Conselhos, para organizar a pasta no SEI do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural, que tramitam no governo estadual. Falou das pessoas que não usam o sistema. **Cássio Raniere** saudou a todos. Apresentou-se como coordenador do GT de Bens e Materiais e do GT de Educação Patrimonial. Mencionou que ele constituíram um grupo de trabalho no WhatsApp. Na última reunião, apresentaram algumas ações necessárias dentro de um cronograma que vai até outubro. No caso da Educação Patrimonial, foi feita uma convocação para uma reunião interna, mas não ocorreu. Agora, eles gostariam de realizar essa reunião com a presença da Secult e da Fundarpe, assim como foi feito pelo coordenador Diomedes Neto. A proposta é reunir-se com a coordenação do Patrimônio Imaterial em maio e apresentar os resultados alcançados, além de discutir a distribuição dos processos. Também é sugerido que o GT de Educação Patrimonial se reúna com os historiadores André Cardoso e Fernando Guilherme. Em maio, eles levariam as prioridades levantadas para a reunião com o setor de educação patrimonial e discutiriam a participação em projetos escolares e a relação com a Secretaria de Educação. Além disso, planejam convocar a Empetur e a Secretaria de Turismo para uma campanha institucional sobre educação patrimonial. A ideia é desenvolver um plano de ação e compartilhar as informações com o grupo de trabalho em maio. Estão focados nessas questões imediatas e estão abertos a contribuições dos membros do grupo de trabalho. **Cláudia Rodrigues** ao conversar com Ana Fátima, concluíram que seria mais viável montar um calendário para o projeto, focando nos próximos três meses. Dessa forma, concordaram em montar o calendário gradualmente. **Diomedes Neto** achou interessante iniciar uma conversa sobre os processos de registro que não faz parte, mas é importante para a Educação Patrimonial. Pretende discutir o programa de educação patrimonial com a nova equipe e, posteriormente, estabelecer um diálogo com a Secult, algo que não foi realizado até o momento. É necessário considerar como abordar essa nova equipe. **Cássio Raniere** citou que pelo que parece, a nova gestão conseguiu avançar na relação com a SEDUC, a Secretaria de Educação de Jaboatão. Agora, a secretaria de educação está mais próxima dessa nova gestão. A ideia é estabelecer uma relação mais sólida, considerando que a SEDUC possui grande influência no estado de Pernambuco e é responsável por investimentos significativos. A proposta é associar-se em pautas e demandas conjuntas, e para isso serão realizadas reuniões com a equipe de coordenação do Material. **Joana D'Arc** expressou seu interesse genuino no assunto e ressaltou que nenhum secretário com quem solicitou contato conseguiu marcar uma reunião com a Secretaria de Educação. Enfatizou que apenas fazer campanhas não é suficiente e que é importante sentar com o setor responsável pelo patrimônio junto com o conselho para discutir o assunto repetidamente. **Cássio Raniere** pontuou que o Secretário de Cultura, Silvério Pessoa, tem uma relação estreita com a Secretaria de Educação. **Joana D'arc** se puder sugerir como pauta, já que o Secretário de Cultura se disponibilizou a vir, seria interessante verificar a viabilidade de sua visita com antecedência. É importante compreender o motivo pelo qual ele está trabalhando, como ele mencionou em uma das reuniões nas quais participei. Ele está empenhado em promover a disciplina da cultura popular, e nós gostaríamos de expressar nossa opinião sobre o assunto, a fim de contribuir para os esforços de titulação dessa disciplina. **Roberto Pereira** contribuiu com a reunião: "A educação patrimonial foi o foco de ações importantes nos últimos meses. Uma delas seria uma audiência com a atual Secretaria Estadual de Educação, envolvendo diversos participantes, incluindo o Secretário de Cultura, Silvério Pessoa. Esse agendamento foi uma proposta para avançar nesse projeto de grande relevância cultural para Pernambuco. O projeto do Secretário de Cultura tem um impacto extraordinário nas escolas, enquanto o nosso foca na cultura popular e tem o objetivo de preservação. Defendemos uma educação que comece na infância e não termine até a vida adulta. Participei da reunião sobre patrimônio, onde vários municípios estavam presentes. Cada palestrante adotou um modelo de apresentação e todos se apresentaram, porém, não houve uma experiência específica compartilhada por um dos municípios. Ainda assim, foi uma conversa muito proveitosa, pois a palestrante tinha uma experiência bastante rica. Aproveitei a oportunidade para expor o trabalho do Conselho em relação ao tombamento e preservação,

além de compartilhar minhas próprias experiências. Abordei também o tema de políticas públicas e economia criativa, ressaltando a importância da educação patrimonial. Falei um pouco sobre os três pilares, inclusive mencionei Luiz Gonzaga como uma figura representativa do inicio da cultura criativa, com seu uso do gibão, chapéu de couro, alpercata e a tradicional sanfona. Essas peças são feitas por artesãos, que são fundamentais para a economia e expressão da cultura local. Mencionei a importância de palestras educativas. A participação do conselho foi muito positiva. **Cláudia Rodrigues** agradeceu a participação do Conselheiro Roberto Pereira e pontuou que ainda tem a apresentação de três GTs. **Harlan Gadêlha** pontuou a colocação feita pelo Conselheiro Cássio Raniere e Joana D'Ara, da dificuldade com a Secretaria de Educação. Sugeriu que o Conselho deve procurar uma aproximação com a Comissão de Educação da Assembleia Legislativa. **Célia Campos** falou da discussão que foi realizada anteriormente que envolveu a questão do programa de educação patrimonial, no qual foi discutido se o programa exigiria recursos orçamentários. **Harlan Gadêlha** mencionou que o que foi dito está, evidentemente, na Constituição, e que ele não pode criar despesas além do que está previsto. No entanto, ele pode analisar o orçamento do Estado, o qual está previsto na Secretaria da Educação, e o conselho está informado sobre o orçamento da educação sem aumentar as despesas da educação patrimonial. **Cláudia Rodrigues** chamou a atenção para os imprevistos que os grupos de trabalhos irão encontrar. **Cecília Canuto** apresentou os integrantes do Grupo de Trabalho Fomento à Criação e Monitoramento do Conselhos Municipais de Preservação do Patrimônio Cultural (Cássio Raniere, Cláudio Brandão, Harlan Gadêlha), onde a mesma é a coordenadora, e falou dos dias que o grupo se reuniu e discutiu as pautas. **Cláudia Rodrigues** sugeriu que o Conselho minutasse o ofício, referente às pautas do GT de Fomento. **Joana D'Arc** citou que, não é que o local tenha conselho ou não, e sim, na lei de criação daquele conselho se menciona o segmento de patrimônio. **Cláudia Rodrigues** fez algumas reflexões referentes a fala do GT Fomento à Criação e Monitoramento do Conselhos Municipais de Preservação do Patrimônio Cultural. **Cecilia Canuto** sugeriu como proposta de socialização interna da Fundarpe junto à Secult. **Cláudia Rodrigues** continuou elencando e refletindo sobre as pautas do GT na qual Cecilia Canuto é a coordenadora. **Joana D'Arc** citou a Lei Aldir Blanc atrelado à criação dos conselhos. **Cecilia Canuto** chamou a atenção que, na dinâmica do trabalho, vai ter muitos eventos, e a Secult vai estar envolvida diretamente. Falou que não existe nenhum impedimento, a nível estadual, que os conselheiros façam parte dos certames. **Cláudia Rodrigues** falou que cabe a Secult explicar a Lei Aldir Blanc, e não o Conselho. **Harlan Gadêlha** chamou a atenção na produção de um seminário estadual referente à lei, que é de responsabilidade da Secult e não do Conselho. **Cláudia Rodrigues** sugeriu algumas ideias referentes a atuação do Grupo de Trabalho Fomento à Criação e Monitoramento do Conselhos Municipais de Preservação do Patrimônio Cultural. **Harlan Gadêlha** sugeriu a Conselheira Cláudia Rodrigues, que acelere a vinda do novo conselheiro que substituirá José Edson para compor o GT, independente da nomeação. **Cláudia Rodrigues** informou que teve a resposta do Centro Social da Mirueira, que foi entregue a Secult, para responder ao Ministério Público. Também informou que o ofício de Vicência saiu. **Cecilia Canuto** informou ao colegiado que o Conselho recebeu o convite para uma audiência virtual relativa ao procedimento administrativo nº 020007 000 pontos 115/2020. O objetivo desta audiência é monitorar e acompanhar a efetiva execução da política de garantia da liberdade de expressão religiosa e combate ao racismo religioso promovida pela Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude do Governo do Estado de Pernambuco, bem como pela Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e Políticas sobre Drogas da Prefeitura do Recife. A audiência será realizada por meio da plataforma Google Meet, e seu propósito é coletar informações e articular com diversas instituições, a fim de traçar políticas no âmbito estadual de combate ao racismo. **Cláudia Rodrigues** informou que foi aprovada a ata do dia 09 de março de 2023, e do dia 23 de março de 2023. Nada mais a tratar, deu por encerrada a reunião, Cláudia Regina de Farias Rodrigues e eu Antônio Dias da Silva Filho, Secretário, lavrei a presente ata, que depois de achada conforme, será assinada por mim e pelos (as) demais presentes na reunião.

Antonio Dias da Silva Filho (Secretário)

Ana de Fátima Braga Barbosa (Titular)

Augusto Ferrer de Castro Melo (Titular)

Cássio Raniere Ribeiro da Silva (Titular)

Cecília Canuto de Santana (Titular)

Cláudia Regina de Farias Rodrigues (Titular)

Diomedes de Oliveira Neto (Titular)

Joana D'Arc Ribeiro de Souza Arruda Andrade (Titular)

José Edson de Lucena Cisneiro (Titular)

Marcelo Casseb Continentino (Titular)

Mônica Siqueira da Silva (Titular)

Reinaldo José Carneiro Leão (Titular)

Roberto José Marques Pereira (Titular)

Antiógenes Viana de Sena Júnior (Suplente)

Célia Maria Médicis Maranhão de Queiroz Campos (Suplente)

Harlan de Albuquerque Gadêla Filho (Suplente)

Maurício Barreto Pedrosa Filho (Suplente)



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Dias da Silva**, em 25/08/2023, às 12:07, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Diomedes de Oliveira Neto**, em 06/09/2023, às 09:45, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Martin Leandro Emmanuel Palacios Teixeira de Freitas**, em 06/09/2023, às 09:52, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Fátima Barbosa**, em 06/09/2023, às 15:28, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Regina de Farias Rodrigues**, em 12/09/2023, às 09:32, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Augusto Ferrer de Castro Melo**, em 12/09/2023, às 13:33, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Reinaldo Jose Carneiro Leão**, em 12/09/2023, às 15:53, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Monica Siqueira da Silva**, em 17/10/2023, às 11:05, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Jose Marques Pereira**, em 09/11/2023, às 11:27, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Cecilia Canuto de Santana**, em 09/11/2023, às 16:29, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **ANTIOGENES VIANA DE SENA JUNIOR**, em 09/11/2023, às 17:00, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Maurício Barreto Pedrosa Filho**, em 10/11/2023, às 14:41, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017.



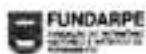
Documento assinado eletronicamente por **Joana Darc R. de A. Andrade**, em 07/12/2023, às 10:10, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
http://sei.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 40351488 e o código CRC 5DF4F84D.

SECRETARIA ESTADUAL DE CULTURA

Rua da Aurora, 463, - Bairro Boa Vista, Recife/PE - CEP 50050-000, Telefone: (81) 3184.3000



Secretaria de
Cultura



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
A RESTÔRADA NÃO PARA

CONSELHO ESTADUAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL/CEPPC

- AJUDA MEMÓRIA -

Recife, 27/04/2023

GT LEGISLAÇÃO

Coordenador: Mauricio Barreto Pedrosa Filho

Participantes: Cecília Canuto de Santana; Harlan de Albuquerque Gadêla Filho; José Edson Cisneiros; Marcelo Casseb Continentino; Margarida de Oliveira Cantarelli.

ATT: Este documento visa preparar ações do GT LEGISLAÇÃO, inclusivamente, para se elaborar um cronograma de atividades.

PRIORIDADES:

1) Prêmio JOSÉ LUIZ MOTA MENEZES;

O prêmio através de comenda não afetará as finanças do Estado, mas, se for em dinheiro complicará, dado a exigência de lei e prévia dotação orçamentária. Quem vai entregar o prêmio? Qual a natureza dos trabalhos dos concorrentes? Arquitetura, história, literatura? Temos de solicitar do proponente desse prêmio sugestões necessárias para se elaborar o seu regulamento. De posse das informações o GT há de fazer proposta de um decreto/lei para análise do Executivo. OBS- Sem esses dados o GT não tem como adiantar coisa alguma.

2) ICMS Cultural;

O GT precisa marcar reunião com a SECULT. Salvo engano, o Sec. Executivo dessa pasta falou em reunião sobre o ICMS Cultural. O GT irá provocar uma reunião com a SECULT.

3) Memorial Frei Caneca;

É mister a deliberação dos membros do GT se aceita ou não enviar uma proposta para formar o MÉMORIAL FREI CANECA. Lembro que 2024 será o bicentenário da Confederação do Equador, a exigir celebrações.

4) Edital FUNCULTURA (modificação)

Neste ano não haverá possibilidade, edital já lançado.

5) Regimento interno do CEPPC;

Sugiro que se abra um prazo (exiguo, ex: sete dias) para que todos do Conselho remetam sugestões à modificação do regimento. Depois, o GT fará uma síntese e levará para deliberação do próprio Conselho.

6) Revisão da Lei Estadual de Tombamento (Lei nº 7.970/1979);

Necessário reuniões do GT, com datas pré-fixadas, para colher sugestões, e que uma vez aprovadas pelo Conselho seguirão, em forma de ofício, à Assessoria Legislativa da Governadora. Essa mostra-se, como a mais árdua tarefa do GT Legislação e que demandará maior tempo.

E nada mais havendo a cuidar/lembra para o momento encerro este às 02:00h do dia 27/04/2023.

MAURICIO BARRETO PEDROSA FILHO

Coordenador do GT Legislação